

promoção da acessibilidade arquitetônica, privilegiando a construção de rampas, sanitários acessíveis, vias de acesso, alargamento de portas, instalação de corrimões e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, através do Programa Escola Acessível. Estas adaptações em construções já existentes passam a ser itens obrigatórios nos novos projetos de engenharia e arquitetura, para que sejam aprovados.

Desse modo, atender ao modelo de Desenho Universal é ampliar o entendimento de que a escola inclusiva não é aquela que apenas garanta a matrícula, mas a que oferece as condições para que o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes seja de qualidade.

Dessa forma, o gestor escolar tem um papel fundamental na realização de uma reforma ou construção de um prédio escolar, deve estar atento para o cumprimento das normas de construções e edificações, optando por colocação de piso lavável e antiderrapante, paredes com tinta lavável e na cor clara, boa luminosidade e instalação elétrica adequada, principalmente nas salas de aula, para uso dos equipamentos que os estudantes são usuários.

A sinalização em portas deve atender a uma altura funcional para as pessoas altas e baixas, valendo-se da identificação em letras com tamanho ampliado, a escrita em Libras, acompanhada pela representação gráfica do sinal, código Braille e símbolos, atendendo, desta forma, também às pessoas que não são alfabetizadas. Os degraus das escadas devem ter demarcação antiderrapante e na cor amarela.

Em relação à organização das salas de aula o mobiliário deve estar adequado ao desenvolvimento físico dos estudantes e a organização das carteiras deve contemplar o formato de semicírculo, proporcionando a interação visual e a locomoção de cadeirantes e deficientes visuais. O tamanho da sala deve atender ao padrão estabelecido de 49m², o que equivale a média de 1,20 m², por aluno para abrigar o quantitativo de estudantes definido no Regimento Unificado do Município.

Para atender as especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial, elencamos alguns pontos importantes, relacionados às diferentes áreas.

17.3.1. Deficiência Visual

- O mobiliário para ser usado pelo estudante deve atender as necessidades de disposição do material didático (livros em Braille, reglete, máquina de datilografia Braille ou notebook, soroban, plano inclinado de leitura, recursos

ópticos e/ou não ópticos, dentre outros), exigindo assim o uso de mesa de apoio e cadeira.

- A boa iluminação deve ser fator preponderante, não devendo haver descuido, mesmo quando se tratar de educando com cegueira. No caso de quem tem baixa visão, as adequações são feitas para atender a necessidade do estudante tendo em conta a sua patologia e situação visual, diagnosticada através da avaliação oftalmológica e da avaliação funcional, realizadas pelo oftalmologista e o professor especialista, respectivamente. O objetivo é proporcionar conforto visual, oferecendo iluminação intensa ou penumbra, conforme situação apresentada. Em alguns casos, pode-se exigir a colocação de cortinas na sala de aula.
- O uso de cores que proporcionam alto contraste facilita a visualização das pessoas com baixa visão, a exemplo das cores azul e amarelo, sendo recomendado para uso em portas e painéis, utilizando uma cor como fundo e a outra para fonte das letras ou símbolos pictográficos.
- A linha guia ou pista tátil deve demarcar áreas de circulação na escola, principalmente da entrada aos corredores de salas de aula, sanitários, cantina e para outros pontos de deslocamento e frequência do estudante. O piso tátil apresenta placas em alto relevo em cor contrastante com o piso que está ao redor, servindo de referência para pessoas com baixa visão. As placas em relevo apresentam a função direcional e de alerta. As placas com função direcional indicam/guam a direção do trajeto; já as placas de alerta, apresentam bolinhas em alto relevo que sinalizam obstáculos, paradas para travessia, mobiliário urbano, acesso às rampas, escadas ou entrada/saída de ambientes. A pista tátil é recomendada em espaços amplos, de modo que possibilite a pessoa cega explorar a linha guia, sendo encontradas placas em tamanhos diferenciados. A sinalização tátil do piso é descrita pela norma da ABNT/NBR 9050:2004.

17.3.2. Deficiência Física

- A sala de aula deve ser localizada no pavimento térreo, facilitando a acessibilidade do estudante ou profissionais usuários de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida. A sala de aula deve ser localizada no pavimento

térreo, facilitando a acessibilidade do estudante ou profissionais usuários de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

- Salas de aula e de AEE, sanitários e locais com instalação de rampas devem contar com barras paralelas ou corrimões que permitam a movimentação do estudante.
- A lousa deve ter uma altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

17.3.3. Surdez

- O alarme sonoro, comum nas unidades escolares, deve ser instalado conjugado ao visual: sinalização intermitente (tipo flash) para avisos de intervalo e de mudança de professor, na cor amarela para dar condições de visualização; e sinalização intermitente na cor vermelha para situações de incêndio e perigo. Estes alarmes devem ser instalados em todas as classes, corredores, biblioteca, sanitários, refeitórios, cantinas e outros espaços onde ocorre a concentração de pessoas. A instalação deve ser sempre em local visível.
- Considerando que a Libras é uma língua gesto visual, recomenda-se o uso de mesa de apoio e cadeira na sala de aula para que as mãos dos estudantes surdos estejam liberadas para a interação sinalizada.
- As salas de aulas devem ter boa iluminação. A disposição das lâmpadas deve oferecer boa visibilidade, principalmente no ponto da sala em que esteja posicionado o profissional intérprete.

O Manual de Normas Técnicas Brasileiras (NBR) 9050:2004 deve ser um documento de estudo da comunidade escolar, em especial para aquelas pessoas envolvida na elaboração do Projeto Político da Escola, de modo que as ações de acessibilidade possam ser contempladas e operacionalizadas com competência e segurança.

No que diz respeito à alimentação escolar, a Secretaria da Educação, o gestor da unidade escolar juntamente com o nutricionista deverá organizar um cardápio para sua equipe de merendeiras, visando à socialização de conhecimentos a serem aplicados no preparo das refeições que serão servidas para crianças que possuem alguma restrição alimentar, em consequência de alguma doença ou deficiência.

Cada sujeito que atua diretamente como estudante no interior da escola, constitui-se também como gestores, esteja na função de professor, coordenador pedagógico, porteiro, merendeira, pessoal de apoio aos serviços gerais, diretor ou vice, bem como àqueles imbuídos da responsabilidade de elaborar e implantar as políticas públicas, que se encontram na Secretaria Municipal de Educação

A inclusão se materializa num esforço conjunto de todos os profissionais que militam na educação e buscam meios para eliminar as barreiras: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 10).

Reconhecer que acessibilidade perpassa por todas estas dimensões, impõe um direcionamento para a construção de um espaço educacional acessível a TODOS.

17.4. ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE APOIO A INCLUSÃO

O atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial perpassa pelos diferentes níveis e modalidades de ensino, sendo realizado com o apoio de serviços especializados de natureza pedagógica e desenvolve-se em diferentes espaços educacionais, numa relação dialógica entre os profissionais da educação, os estudantes, as famílias, enfim, toda a comunidade escolar.

São espaços educacionais de apoio à inclusão:

- **Classe comum:** é um espaço de aula em uma unidade de ensino regular adequado ao processo ensino e aprendizagem de todos os estudantes.
- **Escola/ Classes Bilíngues para surdos:** espaços educacionais que desenvolvem o processo regular de escolarização, tendo como língua de instrução a Língua Brasileira de Sinais, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Bilíngue e da Pedagogia Surda (Visual), com enfoque em duas línguas: Língua de Sinais – L1 e Língua portuguesa (escrita) – L2. Os pilares dessa abordagem educacional devem compor o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, prevendo a atuação do profissional surdo como figura atuante nas definições dos rumos da instituição e de

referência identitária. A classe Bilíngue pode funcionar no interior da escola regular e pode ser composta por estudantes surdos e ouvintes ou apenas surdos.

- **Sala de Recursos Multifuncionais:** é um espaço localizado em unidade de ensino regular da Educação Básica, organizado com equipamentos de informática, ajuda técnica, materiais pedagógico e mobiliário adaptado, que oferece atendimento educacional especializado (AEE) para estudantes com significativas diferenças físicas, sensoriais intelectuais ou comportamentais, público alvo da educação especial, em turno oposto à frequência deles a classe comum. O atendimento tem caráter complementar ou suplementar, ministrado por professor com formação na área da necessidade educacional específica do estudante.
- **Centro de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE):** é a denominação adotada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia para nomear as instituições criadas com o objetivo de prestar serviços educacionais especializados para o público-alvo da Educação Especial. Esse espaço assume uma dimensão mais ampla do que a proposta pelo MEC, que designa as unidades com este formato de Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), objetivando a oferta do AEE, conforme a NOTA TÉCNICA Nº55/2013, editada pela Diretoria de Políticas da Educação Especial – DPEE/SECADI/MEC, definindo os Centros de AEE, numa perspectiva de atuação complementar ou suplementar ao ensino regular:

Os centros de AEE, públicos ou privados, não se configuram como espaços substitutivos à escolarização. Ao contrário, representam alternativa para a reorientação das escolas especiais, promovendo sua participação no processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento das ações adotadas no contexto da escola de ensino regular. (MEC, 2013).

No nosso município, contamos com o Centro Estadual de Educação Especial de Caetité, Instituição de Ensino Estadual que oferta no Atendimento Educacional Especializado aos estudantes público-alvo da educação especial, no contraturno da escola comum, de forma complementar e suplementar.

17.5. AÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

17.5.1. Ação pedagógica das salas de aula comum

Partindo do princípio inclusivo de que a sala comum é o espaço que pertence a todos os estudantes matriculados na unidade escolar, verifica-se que o fazer pedagógico, aí produzido, precisa ser indagado quanto às suas concepções e práticas de homogeneização. Desse modo, é imprescindível que o currículo eleito seja objeto de reflexão para que se possa identificar e ressignificar as crenças, valores, saberes, ideias, referenciais culturais e estilos de aprendizagem que representam apenas um grupo definido como normal.

Perceber quais as representações mobilizam as escolhas das estratégias, das atividades, formas de avaliação, materiais didáticos, disposição das carteiras, da mesa do professor, dinâmicas interacionais entre docente x estudante e estudante x estudante é tentar entender como as práticas pedagógicas de exclusão são construídas na sala de aula.

Desse modo, é de fundamental importância, que o professor ao planejar a sua aula, busque tornar a sua prática o mais flexível possível, ou seja, ao pensar o seu fazer pedagógico, em função do estudante com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação estará favorecendo também os outros estudantes.

É importante que o professor veja o estudante público-alvo da educação especial como alguém que possui particularidades, mas que também tem potencialidades. Desta forma, estando estes estudantes incluídos em classe comum, as habilidades e competências são as mesmas exigidas para os demais estudantes matriculados na educação básica, desde quando as suas diferenças sejam contempladas no processo educacional.

17.5.2. Ação pedagógica do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O atendimento educacional especializado (AEE), caracteriza-se como a intervenção educacional que propicia ao estudante público alvo da educação especial à aquisição de conhecimentos específicos para que ele possa acompanhar o currículo da escola comum, existindo como possibilidades de desenvolvimento dessa ação pedagógica nos espaços das Salas de Recursos Multifuncionais da rede Municipal de Ensino e do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité. O atendimento deve sempre acontecer em turno oposto à escola comum.

Para o AEE exige-se que professor tenha formação na especificidade do estudante. A função deste professor é intervir como mediador e articulador, promovendo atendimento grupal ou individual e utilizar recursos didáticos, equipamentos e tecnologias assistivas, conforme a necessidade de cada aprendiz. O atendimento oferecido é complementar e/ou suplementar as atividades curriculares desenvolvidas na sala de aula comum da escola regular.

A intervenção pedagógica é definida conforme a especificidade do estudante. Portanto, as áreas de atendimento são:

Área de Comunicação/ Códigos: envolvem aspectos referentes à linguagem sinalizada, oral e/ou gráfica. Compreende o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Português como segunda Língua para surdos, Braille e soroban para cegos e o processo de leitura e escrita para qualquer estudante.

- Conteúdos e objetivos: oferta de sistema alternativo de comunicação, retomada de conteúdos para garantir a aprendizagem através da mediação do professor;
- Procedimentos didáticos, recursos pedagógicos e atividades: selecionar conforme às necessidades e dificuldades do estudante.
- Avaliação: oferta de instrumentos de avaliação acessível à linguagem do estudante. A avaliação é um processo contínuo, intenso e deve ocorrer em vários momentos da prática pedagógica. As anotações e registros diários sobre o desempenho do estudante devem fazer parte da rotina do professor, de modo que os aspectos qualitativos complementem os quantitativos.

As atividades do AEE são desenvolvidas de acordo a necessidade específica de cada aluno. Sendo assim, são divididas em:

a) Ensino do Sistema Braille

Consiste na definição e utilização de métodos e estratégias para que o estudante se aproprie desse sistema tátil de leitura e escrita.

b) Estratégias para autonomia no ambiente escolar

Consiste no desenvolvimento de atividades, realizadas ou não com o apoio de recursos de tecnologia assistiva, visando à fruição, pelos estudantes, de todos os bens – sociais, culturais, recreativos, esportivos entre outros – serviços e espaços disponíveis no ambiente escolar com autonomia, independência e segurança.

c) Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos



Consiste no ensino da funcionalidade e da usabilidade dos recursos ópticos e não ópticos e no desenvolvimento de estratégias para promoção da acessibilidade nas atividades de leitura e escrita. São exemplos de recursos ópticos: lupas manuais ou de apoio, lentes específicas bifocais, telescópios, dentre outros, que possibilitam a ampliação de imagem. São exemplos de recursos não ópticos: iluminação, plano inclinado, contrastes, ampliação de caracteres, cadernos de pauta ampliada, caneta de escrita grossa, lupa eletrônica, recursos de informática, dentre outros, que favorecem o funcionamento visual.

d) Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais

Consiste na promoção de atividades que ampliem as estruturas cognitivas facilitadoras da aprendizagem, nos mais diversos campos do conhecimento, para desenvolvimento da autonomia e independência do estudante frente às diferentes situações no contexto escolar. A ampliação dessas estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais possibilita maior interação entre os estudantes, o que promove a construção coletiva de novos saberes na sala de aula comum.

e) Técnicas de orientação e mobilidade

Consiste no ensino de técnicas e desenvolvimento de atividades para a orientação e mobilidade proporcionando o conhecimento dos diferentes espaços e ambientes para a locomoção do estudante, com segurança e autonomia. Para estabelecer as referências necessárias para o ir e vir. Tais atividades devem considerar as condições físicas, intelectuais e sensoriais de cada estudante.

f) Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

O ensino de Libras consiste no desenvolvimento de estratégias pedagógicas para a aquisição das estruturas gramaticais e dos aspectos linguísticos que caracterizam essa língua.

g) Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA)

Consiste na realização de atividades que ampliem os canais de comunicação com o objetivo de atender as necessidades comunicativas de fala, leitura ou escrita dos estudantes. Alguns exemplos de CAA são cartões de comunicação, pranchas de comunicação com símbolos, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador, quando utilizado como ferramenta de voz e comunicação.

h) Estratégias para enriquecimento curricular

Consiste na organização de práticas pedagógicas exploratórias suplementares ao currículo comum, que objetivam o aprofundamento e expansão nas diversas áreas do conhecimento. Tais estratégias podem ser efetivadas por meio do desenvolvimento de habilidades, da articulação dos serviços realizados na escola, na comunidade, nas instituições de educação superior, da prática da pesquisa e desenvolvimento de produtos; da proposição e o desenvolvimento de projetos de trabalho no âmbito da escola, com temáticas diversificadas, como artes, esporte, ciências e outras.

i) Ensino do uso do Soroban

O ensino do uso do Soroban, calculadora mecânico manual, consiste na utilização de estratégias que possibilitem ao estudante o desenvolvimento de habilidades mentais e do raciocínio lógico matemático.

j) Ensino da usabilidade e das funcionalidades da informática acessível

Consiste no ensino das funcionalidades e da usabilidade da informática como recurso de acessibilidade à informação e comunicação, promovendo a autonomia do estudante. São exemplos desses recursos: leitores de tela e sintetizadores de voz, ponteiros de cabeça, teclados alternativos, acionadores, *softwares* para a acessibilidade.

k) Ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita

Desenvolvimento de atividades e de estratégias de ensino da língua portuguesa, na modalidade escrita como segunda língua, para estudantes usuários de Libras, voltadas à observação e análise da estrutura da língua, seu sistema linguístico, funcionamento e variações, tanto nos processos de leitura como na produção de textos.

17.5.3. Ação pedagógica no serviço de itinerância

Esta ação está relacionada ao Atendimento Educacional Especializado realizado por professor com formação específica e pelo Técnico da Educação Especial que se desloca do seu local de trabalho (Sala de Recursos Multifuncionais ou do CEEEC) para prestar atendimento ao estudante e/ou ao docente da classe público-alvo da Educação Especial.

Este serviço tem como propósito orientar procedimentos metodológicos e/ou o uso de recursos e equipamentos específicos que promovam o acesso ao currículo comum, além de articular ações de apoio à escola regular com vistas ao sucesso do estudante.

Caracteriza-se como um serviço de orientação e supervisão pedagógica, realizado por meio de acompanhamentos periódicos que variam em função das necessidades dos estudantes e das escolas regulares que não possuem Sala de Recursos Multifuncionais.

A itinerância realizada pelo professor especializado ou pelo Técnico de Educação Inclusiva poderá ocorrer em diversas unidades de ensino

17.5.4. Organização das turmas

Segundo Portaria de Matrícula nº 08 de 21 de novembro de 2019, publicada pela SME, o número máximo de estudantes para composição das turmas é:

- Educação infantil (creche e pré-escola): 25 estudantes.
- 1º Ano (ensino fundamental): 25 estudantes.
- 2º ao 5º Ano (ensino fundamental): 30 estudantes.
- 6º ao 9º Ano (ensino fundamental): 35 estudantes.
- Educação de Jovens e Adultos: 30 estudantes.

No entanto, caso a turma apresente também matrícula de crianças, jovens ou adultos público-alvo da educação especial o número máximo na composição será de 25 estudantes, incluídos os que apresentam necessidades educacionais específicas. Neste total deverá já ser contemplado o número máximo de 02 (dois) estudantes com a mesma especificidade ou deficiência. É aceitável exceder estes quantitativos de estudantes público-alvo da educação especial em classe comum inclusiva nos seguintes casos:

- Quando no município ou bairro só existir uma escola e ela apresentar uma demanda maior de matrícula de uma determinada especificidade ou deficiência e só possuir uma sala de aula com oferta do ano/série de estudo dos estudantes que pleiteiam a vaga, e não tenha também outro espaço adequado na unidade escolar para criação de mais uma turma. Neste caso, é permitida a inclusão de estudantes com deficiências distintas; deve-se evitar incluir numa mesma turma estudantes cego e surdo.
- Quando se tratar de estudantes surdos, uma vez que o agrupamento contribui para a prática da interação em LIBRAS, além de otimizar a atuação do Profissional Intérprete, centrando os estudantes na mesma turma quando

cursam o mesmo ano/ seriação.

Assim, situações excepcionais, em que exista a presença de estudantes público alvo da educação especial, podem gerar a necessidade de formação de turmas, com o quantitativo maior que 25 estudantes, mas nunca ultrapassando o máximo definido na Portaria de matrícula para cada nível/ modalidade de ensino, sendo necessário respeitar a capacidade física da sala de aula.

Por outro lado, quando a inclusão for de estudante com múltipla deficiência ou surdocegueira, recomenda-se não inserir mais que 01(um) por turma, mesmo que se conte com a presença do Guia Intérprete profissional indispensável para o processo educacional dos surdocegos. O mesmo se aplica para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou com comprometimento cognitivo que demandam uma dinâmica diferenciada.

Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 7853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 20/12/1999, estabelece que:

[...] constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa: recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que presta.

Por outro lado, a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, em seu artigo 2º destaca que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001)

A matrícula do público-alvo da educação especial deve ser incluída no Sistema de Gerenciamento Escolar da SME, com **registro dos estudantes não só na classe comum, mas em todos os espaços e serviços de apoio a inclusão educacional**, como possibilidade de geração de um diagnóstico da demanda atendida. A real situação do quantitativo de estudantes beneficiados pelos serviços de apoio à educação inclusiva é essencial para possíveis investimentos e criação de políticas públicas que eleve cada vez mais a qualidade do ensino oferecido.

Sabendo que uma das inquietações dos professores que trabalham com estudantes com deficiência incluídos em classes comuns diz respeito à dinâmica do cotidiano na sala de aula, pois ainda é um desafio atender aos estudantes que

apresentam peculiaridades e dificuldades acentuadas no processo de aprendizagem. As escolas municipais deverão atender às seguintes orientações:

- Ao formar as turmas, no início de cada ano letivo, a direção e equipe técnico-pedagógica da escola devem distribuir os estudantes público-alvo da Educação Especial pelas várias classes, conforme ano de escolaridade em que deverá frequentar;
- Na organização das turmas o número de estudantes deverá ser reduzido em caso de Atendimento Educacional Especializado a estudantes público-alvo da Educação Especial que apresentem necessidades acentuadas em seu acompanhamento pedagógico e nas atividades da vida diária. Para tal, deverá ser realizada uma avaliação pedagógica pela direção e equipe técnico-pedagógica da escola;
- Nas salas de aula onde houver estudante, público-alvo da Educação Especial que necessite de acompanhamento de um profissional de apoio a inclusão, deverá apresentar relatório da equipe multiprofissional a fim de confirmar a necessidade de encaminhamento deste profissional e solicitá-lo a Secretaria municipal de Educação.

17.5.5. Profissionais da Educação Especial Inclusiva

Todos sabem que o professor é aquele que ensina, educa. Tem como ofício ser mestre, promover a humanização das crianças, dos jovens, e de si mesmo.

De acordo com o Estatuto do Magistério Público da Rede Municipal de Ensino o Quadro do Magistério compõe-se dos seguintes cargos escalonados.

- I. Professor – P;
- II. Coordenador Pedagógico – CP. (Estatuto do Magistério Público da Rede Municipal de Ensino. Lei nº 627 19/06/2006)

Pensando na organização institucional para a Educação Inclusiva é preciso destacar que além dos cargos referenciados, faz-se necessário a presença de servidores com funções e atribuições peculiares para atender às especificidades dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Desse modo, o quadro do magistério do Ensino Fundamental demanda uma atualização para garantir também a atuação dos Técnicos de Educação Especial.



O Técnico de Educação Especial é o servidor que exerce uma função técnica e pedagógica de apoio ao processo de escolarização dos estudantes público da educação especial, fazendo parte destes cargos os seguintes profissionais: instrutor de Libras, Tradutor/Intérprete Educacional de Libras/Português, Guia/Intérprete de Libras/Português, Instrutor Mediador, Brailista Transcritor, Brailista Revisor e o Cuidador.

O provimento desses cargos deverá estar em consonância com o Estatuto do Magistério que determina o acesso através de concurso público de provas e títulos. O mesmo se aplica em relação à jornada de trabalho e extensão/redução de carga horária.

Por conseguinte, para que o trabalho do professor, coordenador pedagógico e técnico de educação especial seja viabilizado numa ação conjunta e eficiente, é necessário que cada um destes profissionais tenha clareza e compromisso com a sua função específica

Atribuições do Professor da sala de aula regular

- Observar os estudantes, percebendo suas dificuldades, potencialidades, e trabalhar estratégias pedagógicas que visam, ao máximo, ao desenvolvimento do aluno;
- Solicitar da direção da unidade escolar o encaminhamento do aluno com necessidades educacionais especiais para o atendimento especializado;
- Planejar e executar suas aulas, estabelecendo estratégias e/ou recursos adaptativos e avaliações específicas, a fim de garantir atendimento pedagógico às necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- Organizar as aulas de forma que, quando necessário, seja possível dedicar um tempo específico para atender às necessidades específicas do estudante com deficiência;
- Utilizar metodologias diferenciadas de ensino e de avaliação, respeitando as limitações de cada educando, buscando formas cooperativas e colaborativas que propiciem a interação do conjunto de estudantes;
- Possibilitar que o aluno encontre na escola um ambiente agradável, sem discriminação e capaz de proporcionar um aprendizado efetivo, tanto do ponto

de vista educativo quanto do social;

- Incentivar a solidariedade entre os estudantes;
- Avaliar, permanentemente, a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
- Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes, a partir da proposta pedagógica da unidade escolar e das flexibilizações curriculares planejadas;
- Estabelecer a articulação com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da sala de recursos multifuncionais, equipe técnica e demais profissional da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos estudantes nas atividades escolares;
- Posicionar os estudantes com necessidades educacionais especiais nas primeiras carteiras da sala de aula e estar sempre atento a eles;
- Promover a autonomia e participação dos estudantes nas atividades do dia a dia;
- Dar continuidade aos seus estudos, aprofundando o desenvolvimento profissional, visando estar sempre preparado para criar novas formas de estruturar o processo de ensino-aprendizagem direcionado às necessidades dos estudantes
- Participar de cursos, seminários, palestras e outras atividades promovidas pela escola, Secretaria Municipal de Educação ou outras entidades visando ao aprimoramento do seu trabalho.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Coordenador pedagógico é o profissional que atua de forma direta com os professores acompanhando a ação pedagógica, de modo que os estudantes se apropriem dos conteúdos escolares. Seus espaços de atuação são: a escola comum e salas de recursos multifuncionais. O perfil e as atribuições para o cargo de Coordenador Pedagógico estão estabelecidas no Estatuto do Magistério Público da rede Municipal de ensino, em seus artigos 8º e 10º.



Quando o Coordenador Pedagógico atuar em unidades de ensino que atenda o público da Educação Especial é importante a formação continuada para reconhecer as necessidades educacionais específicas dos estudantes, de modo que possa atuar de forma colaborativa com os professores que ministram aulas nas classes inclusivas e com os especializados que atuam no AEE.

Atribuições específicas do Coordenador Pedagógico

- Organizar em conjunto com o professor da classe comum e o professor do AEE as atividades de sala de aula, de modo que o currículo seja acessível ao estudante público-alvo da educação especial, valorizando na ação pedagógica, as suas habilidades e as potencialidades;
- Estabelecer em conjunto com o professor da classe comum, professor mediador de aprendizagem de educação especial e o de AEE avaliação do estudante, público-alvo da educação especial, realizando as adaptações/flexibilizações numa perspectiva inclusiva;
- Promover nos seus espaços de atuação reuniões pedagógicas e estudos de casos, visando o sucesso escolar dos estudantes público da educação especial;
- Promover a aproximação de todos os profissionais envolvidos no processo ensino e aprendizagem dos estudantes estejam eles atuando no mesmo espaço escolar ou em unidades de ensino distintas.

É importante ressaltar que o setor da Secretaria Municipal da Educação responsável pela elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para promoção da educação inclusiva devem contar com uma equipe técnica multidisciplinar, composta por pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, ortopedista e assistente social para atuarem na modalidade de itinerância, dando suporte para as escolas inclusivas na complementação da avaliação diagnóstica (processual e interventiva), podendo realizar o acompanhamento numa perspectiva educacional e não clínica. Esse serviço deve ser prestado numa perspectiva de apoiar o professor da classe comum, da Sala de Recursos Multifuncionais e do CEEEC, ajudando a escola no combate ao preconceito e buscando melhorar as relações interpessoais. O atendimento clínico, quando

indicado deve ser realizado fora do contexto escolar, lembrando que a avaliação diagnóstica por si só não proporciona uma relação de humanização, no que se refere a crença de que todos os estudantes são capazes.

No caso dos atendimentos médicos para fins de diagnóstico (clínico geral, neurologista, oftalmologista, dentre outras especialidades), a família deve ser orientada a utilizar os serviços de saúde existentes no município conforme recomenda Dutra (2010), quando fala da importância dos centros e escolas formarem redes de apoio à inclusão, em entrevista concedida à Revista Inclusão, publicada pela Secretaria da Educação Especial/MEC: “Com relação aos demais serviços de saúde e de assistência social, dentre outros, estes devem integrar a proposta de interface da escola, juntamente com as famílias, no acesso as políticas sociais” (DUTRA, 2010, p.7).

Considerando que as pessoas com deficiência atravessaram um processo histórico de exclusão da escola comum, muitas delas conseguiram ultrapassar as barreiras impostas para a aprendizagem e concluíram a educação básica, o ensino superior e adentraram ao mercado de trabalho. A legislação brasileira assegura às pessoas com deficiência o acesso ao serviço público sendo comum encontrá-las atuando inclusive no exercício do magistério em escolas, Centros ou Instituições especializadas. Desta forma, quando tratamos da educação especial numa perspectiva inclusiva, é preciso lembrar não só dos estudantes, mas igualmente dos profissionais que possuem uma deficiência e exercem uma função nas instituições de ensino. Portanto, para exercício de suas funções devem ter garantia efetiva ao trabalho com atenção para as suas especificidades e suprimento das suas necessidades, no que diz respeito à acessibilidade na estrutura física, ajudas técnicas que lhes permitam o exercício da profissão e demais demandas de comunicação, linguagem e tecnologias assistivas que facilitem sua ambientação no local de trabalho.

TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os espaços educacionais não se sustentam mais com a presença apenas do Professor e do Coordenador Pedagógico, principalmente depois que foi desencadeado um movimento em favor da educação inclusiva de todos/todas estudantes. Assim, além do professor e coordenador pedagógico, outros profissionais precisam atuar para que os estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e/ou com altas habilidades/ superdotação sejam atendidos nas suas

especificidades e possam avançar na escolaridade. Estes profissionais de apoio à educação inclusiva exercem funções distintas e passam a compor o cargo de Técnico em Educação Especial.

Para atuar nesse Cargo, a depender da função, exige-se que o profissional tenha formação no ensino superior e, em alguns casos, aceita-se que a escolaridade seja efetivada até o nível médio, sendo indispensável à comprovação de complementação de curso e qualificação na área específica de atuação.

São considerados Técnicos de Educação Especial: o Instrutor de Libras, Tradutor/Intérprete Educacional de Libras/Português, Guia/Intérprete de Libras/Português, Instrutor Mediador, Brailista Transcritor, Brailista Revisor e o Cuidador.

Os profissionais que compõe o cargo de Técnicos da Educação Especial atuam em escolas inclusivas (na classe comum, sala de recursos multifuncionais e CEEEC), sendo assim caracterizados.

PROFISSIONAL DE APOIO À INCLUSÃO

De acordo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos tem direito à igualdade e à liberdade, visando a inclusão social e assegurando a cidadania de todas as pessoas com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual. Por isso, é fundamental entender o papel do profissional de apoio na educação inclusiva.

Esse profissional tem conexão direta com o trabalho escolar. De acordo com a lei, ficou definido que essa pessoa deve auxiliar o estudante nos momentos de higiene, alimentação e locomoção.

O profissional de apoio a inclusão escolar não é um monitor ou um auxiliar do professor, sua função principal é facilitar a acessibilidade do estudante com deficiência. Cada profissional deve estar preparado para atender as dificuldades apresentada pelo sujeito, de forma a facilitar a inserção delas na sala de aula da melhor maneira possível.

Esse profissional tem um papel extremamente importante pois trabalha diretamente com a inclusão escolar é um dos pilares mais importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que respeita e acolhe a diversidade e que ajuda a superar os preconceitos ainda existentes. Assim, é possível construir uma comunidade segura, livre, plural e solidária.

Atribuições do profissional de apoio a inclusão

- auxiliar o estudante a fazer suas necessidades fisiológicas com os devidos cuidados higiênicos, a alimentar-se, a vestir-se, a se deslocar pela instituição educacional, entre outras;
- auxiliar em dificuldade comportamental em sala de aula e em outros ambientes educacionais, promovendo o conforto e a segurança de todos e evitando o isolamento do estudante;
- esclarecer ao estudante atendido e seus familiares sobre todos os procedimentos que serão realizados nas necessidades fisiológicas e cuidados higiênicos para consentimento destes. Será exigida da família a autorização por escrito para realização dessas atividades. O documento de autorização deve ser arquivado na pasta do estudante;
- orientar os funcionários responsáveis pela limpeza e serviços gerais da unidade escolar para evitar deixar nos espaços de circulação objetos que dificultem a locomoção dos estudantes ou ofereça riscos de acidentes;
- atuar de forma articulada com os professores da classe comum, da sala de recursos multifuncionais, do CEEEC e demais funcionários da unidade escolar, visando ao desenvolvimento de um trabalho colaborativo.
- Ter disponibilidade para participar dos cursos de formação, para o exercício da função de Cuidador,

OBSERVAÇÕES:

- A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com Secretaria Municipal de Saúde devem oferecer um programa de formação para este profissional. No programa de formação recomenda-se envolver agentes da área de Saúde;
- Não poderá ser atribuído ao Cuidador, responsabilidades de apoio pedagógico aos estudantes nem a substituição de funcionários de serviços gerais da unidade escolar;
- A atuação deste profissional deve ser supervisionada constantemente pelo gestor escolar, coordenador pedagógico e/ou professor de AEE, devido à condição de vulnerabilidade do estudante que necessita deste serviço.

AUXILIAR DE CLASSE

As atividades do auxiliar de classe são exercidas por profissionais habilitados



para essa função, de acordo com a legislação vigente (Lei nº12.863/ 2013). Esses profissionais têm como principal objetivo estimular a autonomia e a independência dos estudantes com deficiência nas diversas atividades da vida escolar.

O auxiliar de classe que exerce suas funções em turmas com estudantes público-alvo da Educação Especial (com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades), nos casos indicados pelos profissionais da área de saúde, tem como atribuições:

- Receber os estudantes, no horário de entrada, ajudando o professor da turma;
- Aguardar, após o horário de saída, os pais ou responsáveis, zelando pela segurança e pelo bem estar dos estudantes;
- Acompanhar a professora da turma em todas as atividades diárias;
- Utilizar, sob a orientação do professor regente e do supervisor escolar, materiais e recursos que possam auxiliar no desenvolvimento dos estudantes;
- Auxiliar a professora na guarda de material pedagógico;
- Colaborar com o professor da classe na construção de relatórios sobre os estudantes;
- Participar de reuniões periódicas e extraordinárias;
- Participar de cursos, seminários, palestras e outras atividades promovidas pela escola, Secretaria Municipal de Educação ou outras entidades, visando ao aprimoramento do seu trabalho;
- Buscar orientações pedagógicas específicas para o aluno com deficiência, por meio de estudos, cursos e orientações da equipe pedagógica da unidade escolar;
- Zelar pela segurança e integridade física dos estudantes, inclusive nos horários de recreio e recreação;
- Atender aos estudantes, sempre que necessário, em sua alimentação e higiene sob a orientação do professor;
- Cuidar da higienização dos objetos e brinquedos usados pelos estudantes;
- Seguir as orientações do professor da turma e do supervisor escolar no acompanhamento e desenvolvimento das diversas atividades da vida escolar do aluno;
- Auxiliar, de acordo com as orientações da equipe técnico-pedagógica e do professor, o aluno em sua locomoção, quando este não puder se movimentar

sozinho;

- Acompanhar e auxiliar o aluno nas aulas de Educação Física, seguindo as orientações do professor e da equipe pedagógica, quando este não puder realizar as aulas com autonomia nos movimentos e mobilidade;
- Auxiliar o aluno com deficiência em sua alimentação, quando este não puder realizá-la sozinho, de acordo com as orientações da equipe pedagógica;
- Acompanhar o aluno especial no recreio, incentivando em sua interação com os demais estudantes da unidade escolar;
- Desenvolver atividades, como confecção de materiais e jogos a serem utilizados com o aluno com deficiência, de acordo com o planejamento do professor e com as orientações do supervisor escolar;
- Auxiliar o professor regente, supervisionando a classe no momento em que estiver atendendo, individualmente, ao aluno com deficiência.
- **É vedado ao auxiliar de classe planejar atividades para a turma e ministrar aulas em substituição ao professor.**

TRADUTOR/ INTÉRPRETE DE LIBRAS/ LÍNGUA PORTUGUESA

De acordo com a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, são atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

- Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas, quando solicitado pela Secretária Municipal de Educação; participar de cursos, seminários, palestras e outras atividades promovidas pela escola, Secretaria Municipal de Educação ou outras entidades, visando ao aprimoramento do seu trabalho;
- Inteirar-se com antecedência sobre o conteúdo das atividades a serem desenvolvidas na sala de aula pelo professor e/ou outras atividades culturais

da instituição de ensino, a fim de garantir uma interpretação adequada e coerente com o conteúdo.

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- Pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- Pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- Pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.
- **É vedado ao tradutor/ intérprete de Libras/ Língua Portuguesa planejar atividades para a turma e ministrar aulas em substituição ao professor.**

INSTRUTOR DE LIBRAS

Esse profissional é responsável pela instrução da Libras e dos seus aspectos históricos e culturais para o estudante surdo e comunidade escolar. São atribuições específicas do Instrutor de Libras:

- oferecer instrução em Libras, utilizando metodologia de ensino de primeira língua – L1 (quando o público for o nativo da Libras) ou de segunda língua – L2 (quando for para as pessoas que tem o Português, como língua materna);
- atuar na Escola/Classe Bilíngue, desenvolvendo os conhecimentos teóricos e práticos sobre a Libras e promovendo a construção de conceitos acadêmicos em língua de sinais;
- atuar na SRM e no CEEEC, realizando o AEE para o estudante surdo, desenvolvendo os conhecimentos teóricos e práticos sobre a Libras e promovendo a construção de conceitos acadêmicos em Libras;
- disseminar a Libras e a cultura surda, servindo como referência na construção

da identidade do estudante surdo;

- participar de reuniões de planejamento com os professores regentes e de estudo de termos técnico-científicos utilizados nas aulas, juntamente com o tradutor/ intérprete da Libras e docente especializado na Educação de Surdos e que atua na SRM e no CEEEC;
- realizar e cumprir plano de trabalho e de aula, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- realizar itinerância, sempre que necessário;
- elaborar relatório de avaliação, segundo a proposta do estabelecimento de ensino;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

GUIA/ INTÉRPRETE LIBRAS/ PORTUGUÊS

É o profissional mediador responsável pela acessibilidade do estudante surdocego ao espaço escolar e ao conhecimento sociocultural e acadêmico, proporcionando-lhe independência e autonomia.

A atuação deste profissional é recomendada quando o estudante surdocego já estiver constituído linguagem. São atribuições específicas:

- mediar a interação do estudante surdocego com o ambiente, objetos e pessoas, promovendo o conhecimento do seu espaço sócio-cultural e a ampliação da sua comunicação, a fim de favorecer a construção de sua independência e autonomia;
- adequar o ambiente educacional, tornando-o acessível ao educando surdocego;
- solicitar a avaliação da habilidade motora, do potencial residual visual e auditivo do educando surdocego para elaborar o Plano Individual de Atendimento;
- desenvolver o Plano Individual de Atendimento, envolvendo os professores do educando e a sua família.

INSTRUTOR MEDIADOR

É o mediador entre a pessoa surdocega e o meio em que ela esteja inserida,

evitando o seu isolamento. Este profissional interpreta as informações da criança e a conduz para uma comunicação com outras pessoas sem, contudo, tornar a criança dependente permitindo que ela tome decisões. Ele estimula o surdocego a buscar a comunicação e por esse motivo deve conhecer suas necessidades. A atuação desse profissional é recomendada, principalmente no desenvolvimento educacional do surdocego pré-linguístico. São atribuições específicas:

- ser observador e conhecedor das características do educando a ser mediado;
- ser o intérprete das informações do estudante e conduzi-lo na comunicação com outras pessoas da comunidade escolar e da família;
- ser o motivador do educando por meio de sua curiosidade, assegurando-o o acesso aos resultados de sua aprendizagem;
- traçar o comportamento do estudante surdocego para que possa ser entendido nas suas formas de se comunicar;
- registrar todas as ações do educando para manter atualizada a sua avaliação.

BRAILLISTA TRANSCRITOR

Profissional que domina com profundidade diferentes aspectos do Sistema Braille e atua nos Centros de Apoio Pedagógico que possuem núcleo de produção Braille, adaptando e transcrevendo textos/ livros.

São atribuições específicas do Brailista Transcritor:

- Realizar transcrição de documentos e de material didático do sistema convencional (escrita em tinta) para o sistema Braille e vice-versa, dentro das normas técnicas de aplicação (ortografia, estruturação do texto e estética);
- realizar a leitura de todo o texto ou capítulo para ter conhecimento do conteúdo e noção do que deverá ser adaptado;
- realizar a digitação de textos avulsos, livros e outros materiais e formatar nos programas de impressão (Braille Fácil, Duxbury ou outros que venham surgir);
- usar linguagem clara e objetiva nas adaptações, possibilitando fácil entendimento do estudante;
- formatar materiais digitalizados e fazer a impressão em Braille;
- imprimir arquivos digitais em Braille ou no formato ampliado;
- Proceder à correção de textos após alguma sinalização do Revisor Braille;
- quando necessário, colaborar com profissional Revisor fazendo a leitura do

material em tinta que foi transcrito para o Braille, a fim de que ele acompanhe a leitura tatilmente no momento de análise do material;

- promover a divulgação de atualizações implementadas no Sistema Braille;
- apoiar o serviço de atendimento itinerante e das Salas de Recursos Multifuncionais, no que se refere à adaptação de material pedagógico, destinado aos estudantes com deficiência visual matriculados no sistema regular de ensino;
- participar da formação de professores quando se tratar de normas de aplicação do Sistema Braille;
- manter-se atualizado e estar disposto a aprimorar seus conhecimentos na área da deficiência visual;
- esclarecer dúvidas de transcrição com professores especialistas na área da deficiência visual do CEEEC ou da SRM;
- realizar o registro de todo material transcrito.

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Vivemos numa sociedade onde as referências à educação têm sido constantes. Nunca se falou tanto sobre a importância da educação num mundo globalizado e cada vez mais competitivo. O ensinar e o aprender alcançaram dimensões significativas, pois o processo ensino-aprendizagem tornou-se uma realidade presente na relação entre os sujeitos aprendentes. Alguém ensina e alguém aprende. Quem ensina aprende e quem aprende tem algo a ensinar. Nessa relação, a educação se constitui numa construção do conhecimento e respeito que é pautado na busca de novos saberes, novas práticas e significações.

Uma escola que respeita e valoriza todos os estudantes em suas características individuais e se modifica para garantir que esses mesmos estudantes tenham seus direitos respeitados desempenhando seu verdadeiro papel social: ser espaço de convivência da diversidade e das singularidades de cada estudante, seja ele possuidor ou não de alguma deficiência, é uma Escola Inclusiva. Assegurar a todos a igualdade de condição para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição Federal, desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens que apresentam necessidades especiais, vinculadas ou não às deficiências.



A educação inclusiva é uma educação voltada de **TODOS PARA TODOS** onde os ditos "normais" e os estudantes com algum tipo de deficiência poderão aprender uns com os outros. Uma depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade. A educação inclusiva no município e no Brasil ainda é um desafio a todos os profissionais da educação. O que caracteriza a educação inclusiva é o fato de que é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento na escola, isto independente de qualquer característica específica que o estudante possua. Sendo detectadas as deficiências, os estudantes necessitam do apoio técnico, acessibilidade e contato com recursos pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento das atividades de forma que aprendam, cada um a seu tempo, as tarefas que são comuns aos demais estudantes da classe.

O sociólogo português Boaventura Santos defende, em seu livro *A Constituição Multicultural da Igualdade e da Diferença*, que temos o direito a igualdade, quando as diferenças nos inferiorizam, e o direito à diferença, quando a igualdade nos democratiza. Essa máxima reafirma que a diferença não pode ser negada, desvalorizada, embora implique o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a precariedade e a impossibilidade do cálculo e das definições precisas sobre as pessoas. E quando nos referimos à igualdade de direitos à educação, estamos falando de direitos iguais e não de estudantes igualados e reduzidos a uma identidade que lhe é atribuída: os bons e os maus estudantes, os repetentes, os bem-sucedidos, normais, especiais. Quando defendemos o direito à diferença, estamos tratando da diferença entre os estudantes, que, mesmo possível de serem agrupados por uma semelhança qualquer, continuam diferentes entre si, dado que a diferença tem o seu sentido adiado, infinitamente.

Sabemos que o conceito básico de inclusão é: atender aos estudantes com necessidades especiais; propiciar a ampliação do acesso destes estudantes às classes regulares; propiciar aos professores da classe regular um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças com deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular. A inclusão introduz a diferença no ensino e na aprendizagem, trazendo para a sala de aula mudanças substanciais que atingem o papel do professor, sugerindo moderação em sua função explicativa e no sancionar



erros e acertos, deixando espaço para a criatividade e as descobertas de manifestem com base nas experiências e buscas dos estudantes.

O exercício que propicia um ensino que delega a todo estudante exercer sua autonomia intelectual e seu poder de decisão, colabora com todos os estudantes, faz o saber circular. Todos têm o que ensinar e aprender em um ambiente escolar caracterizado pela diferença, os conteúdos escolares disponibilizados para todos, com base em atividades variadas e de livre escolha, que não são definidas para um grupo ou para um estudante especial, oferecem aos professores indícios sobre as possibilidades e o potencial de cada estudante e sobre o que deseja conhecer. Tornam-se sujeitos ativos do conhecimento.

E a busca por um sistema educacional inclusivo tem impulsionado a descoberta de caminhos e práticas que concretizem o ideal de igualdade de acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais no espaço escolar. Os serviços e profissionais de apoio são apontados como alternativas favoráveis à efetivação da equipe multiprofissional desse princípio, tendo em vista a escolar e a inclusão na rede. Nesse sentido, a equipe multiprofissional é uma forma especial de organização, composta por profissionais com formação e qualificação específicas e em que objetiva-se a ajuda mútua entre profissionais e tem como intuito principal, oferecer aos estudantes atendidos condições necessárias para potencializar suas habilidades, respeitando suas singularidades. Além de viabilizar momentos de orientações à equipe pedagógica, mediadores de aprendizagem e famílias de modo a contribuir para uma melhor relação e interação entre os envolvidos.

Partindo-se da hipótese de que tais serviços da equipe multiprofissional, quando existente na rede de ensino, ainda é recente e fragmentado dada a pouca experiência que se tem com esse tipo de suporte na realidade do município, o objetivo geral é descrever e analisar as ações de uma equipe multiprofissional e identificar, estratégias para aperfeiçoá-la. No município de Caetité, atualmente a equipe multiprofissional que é formada por uma fonoaudióloga, uma psicóloga e uma psicopedagoga, atuando em três núcleos de atendimento em toda a rede municipal de ensino. A metodologia de abordagem da equipe multiprofissional fundamentou-se na demanda de cada escola, na especificidade de cada estudante dividido por área de atuação. Os primeiros resultados permitem contextualizar a organização do serviço, permitindo concluir que há muita demanda escolar por especialistas, além de

fazer necessário um coordenador para a equipe. E sendo essa expectativa de dois modelos de serviços, clínicos e o educacional, tais como, avaliação e atendimento direto com os estudantes, necessitando assim de um número a mais de profissionais já existentes, bem como a ampliação das especialidades incluído áreas como: a Assistência Social, o que visa potencializar os atendimentos.

A Equipe Multiprofissional junto a Secretaria Municipal de Educação apresenta a modalidade de atendimentos pautados no objetivo de oferecer aos estudantes atendidos condições necessárias para potencializar suas habilidades, respeitando suas singularidades; viabilizar momentos de orientações à equipe pedagógica e mediadores de aprendizagem, de modo a contribuir para uma melhor relação e interação entre os envolvidos. Apresentando uma modalidade de atendimentos pautados no acolhimento das demandas de Deficiência Intelectual, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Dificuldades e transtornos de aprendizagem, Dificuldades na fala, Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Paralisia Cerebral, Síndrome de Down e as demandas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Uma dificuldade evidenciada no processo é a parceria da comunidade/ família/ escola, a conscientização das partes no envolvimento na vida do estudante. Concluiu-se que o serviço de uma equipe multiprofissional pode contribuir com a construção de escolas mais inclusivas, acreditadas na filosofia da Secretaria Municipal de Educação, e que haja formação continuada permanente da equipe objetivando também formar. Quando o serviço de apoio ao contexto escolar é baseado no desenvolvimento do ensino que ofereça maiores oportunidades educacionais para todos os estudantes, ele se torna essencial.

17.6. ACESSIBILIDADE CURRICULAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO COMUM

O currículo escolar tornou-se um referente básico nas discussões sobre a educação inclusiva. Na perspectiva educativa, é preciso conhecer a proposta de inclusão a qual se alinha, para que haja o provimento de uma prática pedagógica flexível e aberta. Não se trata, portanto, de selecionar conteúdos para estes ou aqueles, mas entrever as necessidades educacionais e operar criativamente em formas pedagógicas e recursos para trabalhá-los.

A possibilidade de um currículo para atender a pessoas com deficiência na escola comum pressupõe a operacionalização de mudanças fundamentais para que ocorra resposta na aprendizagem. Neste sentido, as adaptações curriculares são fundamentais no processo de inclusão educacional. A relação entre elaboração, adequação e adaptação curricular deve ser estruturada de acordo com o tempo, espaço, contexto e necessidade do estudante.

17.6.1. Do ponto de vista organizacional

As adaptações são classificadas em pequeno e grande porte. As adaptações de grande porte realizadas pelos órgãos superiores e identificadas por Bolsanello e Ross (2005) como “[...] aquelas que extrapolam a área da ação do professor e que são da competência formal dos órgãos superiores da política e da administração pública e educacional [...]” (p.12). Constituem estratégias para eliminação de barreiras no processo de aprendizagem diante da complexidade das atividades pedagógicas e diante das possibilidades de cada estudante. Como por exemplo: a aquisição de equipamentos específicos para estudantes cegos, os quais favorecerão a sua comunicação escrita e sua participação nas atividades escolares; construção de rampas, barras de apoio, banheiros adaptados para estudante com deficiência física; aquisição de computadores e softwares específicos para estudantes com superdotação, cegos, dentre outros; provisão do ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), adequações dos objetivos, dos conteúdos, da metodologia e da organização didática, da avaliação e da temporalidade no nível do projeto pedagógico (currículo escolar).

Segundo o MEC (2000), as adaptações são de pequeno porte quando há pequenos ajustes ou modificações no planejamento e no contexto de sala de aula, que compreende:

Organização de agrupamentos, de didáticas, do tempo e do espaço - Essa organização diz respeito à introdução de recursos e materiais didáticos específicos, modificação de agrupamentos, do espaço, do tempo, a organização da rotina, às brincadeiras e às situações de aprendizagem.

Adaptações de objetivos e conteúdos - Há objetivos e conteúdos que devem ser flexibilizados, e em determinados casos podem até ser eliminados ou tornados secundários, tendo em vista a retirada dos obstáculos para o avanço no processo de aprendizagem dos estudantes.

Modificação na temporalidade - Trata-se, muitas vezes, de dar mais tempo e respeitar o ritmo de cada criança em vez de retirar objetivos e conteúdos, objetivando resultados imediatos.

Adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades- Trata-se de ajustes, enriquecimento ou modificações introduzidas nos procedimentos metodológicos e didáticos adotados pela escola para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Adaptações avaliativas - Propõe a adoção da avaliação pedagógica formativa, processual e contínua para todos os estudantes, o que permite ao professor registrar as competências e habilidades do estudante e as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem e construção do conhecimento. (Fonte da Pesquisa: Projeto Escola Viva/MEC).

Assim, a acessibilidade curricular será garantida se o currículo for organizado de modo a oferecer múltiplos espaços de experiências e elaboração de conhecimentos, utilização de diferentes linguagens, construção da identidade, processo de socialização e desenvolvimento da autonomia, elemento que se constituem em aprendizagens essenciais, das quais todos os estudantes devem participar mesmo aqueles que necessitam de apoio e suporte efetivos e contínuos. Pimentel (2007, p. 36) aponta que

a partir das vivências cotidianas do currículo é possível traçar seus itinerários particulares, de modo que potencialize o aprender. Para isso, é necessário valorizar as referências individuais, prestar atenção às singularidades e estabelecer, a partir daí, as alterações curriculares que favoreçam aprendizagens.

Portanto, é imprescindível que as adaptações aconteçam tendo em vista as reais necessidades do estudante, sob esta perspectiva, é preciso ter clareza dos objetivos a serem alcançados, pois independentemente da existência da deficiência todo ser humano é singular e as adaptações curriculares como ajustes realizados no currículo visam o respeito às diferenças individuais, suas adaptações correspondem em modificações organizativas nos objetivos, conteúdos, metodologias, instrumentos de avaliação, de modo a assegurar a construção do conhecimento de todos os estudantes.

17.6.2. Do ponto de vista das relações

A adoção de uma filosofia inclusiva consiste em “[...] entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão” (MINETTO, 2008, p. 60). Para que a escola consiga encontrar o ponto de equilíbrio para se beneficiar das vantagens de um currículo flexível e assim construir adaptações curriculares

adequadas, ela precisa atentar-se para a distribuição de responsabilidades e das relações.

Para que o processo inclusivo se construa de forma gradativa e se mantenha como proposta forte e eficiente Minetto (2008, p. 60) sugere que existem profissionais que são peças-chave. “[...] As pessoas que estão em cargos de chefia devem ter liderança forte, pois são responsáveis em garantir o cumprimento dos objetivos”. Segundo esta autora, os diretores e coordenadores são os grandes incentivadores do processo, do seu encaminhamento e no enfrentamento das dificuldades, dando força e apoio aos professores.

Outro aspecto observado pela autora no contexto escolar e que se coloca como fundamental, são as relações afetivas que se estabelecem ao longo do processo de inclusão. Estas devem visar a organização da escola de forma cooperativa, valorizando o respeito às diferenças. O ambiente precisa ser acolhedor primeiro na relação entre os profissionais para que reflita de forma positiva entre os estudantes. O professor necessita ser acolhido, para que se sinta bem consigo e possa estabelecer uma relação saudável com os estudantes.

O currículo flexível ou inclusivo que acolhe as adaptações curriculares requer a compreensão de que a decisão da necessidade de adaptação não é individual, mas sim de responsabilidade de todos. “[...] o estudante que está chegando não é “daquele” professor, mas de toda a escola. Isso implica cooperação e coparticipação de todos e responsabilidades divididas. O professor não deve se sentir sozinho nessa caminhada” (MINETTO, 2008, p. 67). O estudante também deve ser ouvido sempre que possível, na maioria das vezes, é ele quem sabe o que precisa e o que deseja.

17.6.3. Do ponto de vista da formação dos profissionais

A representação que o professor faz de seu estudante, quanto aquela que o estudante constrói acerca do professor dão sentido às experiências que compartilham em sala de aula e são determinantes na aprendizagem e no ensino. Diante disso, Fernandes (2011), afirma que “[...] a formação funciona como uma lente que auxilia o professor a enxergar com maior nitidez aspectos que constituem a subjetividade de seus estudantes, ajudando-os a desmitificar preconceitos e formular conceitos [...]” (FERNANDES, 2011, p. 214).

Desse modo, para que se efetive uma política de formação dos profissionais da educação para atuação em um contextos inclusivos Fernandes (2011) adverte para a

necessidade de promover formação continuada que possibilite situações de análise e reflexão sobre suas próprias condições de trabalho e suscite novas possibilidades de mediação no que se refere à prática pedagógica com diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas. Ainda nessa perspectiva, para Minetto (2008, p. 61), “[...] o apoio e incentivo à formação continuada da equipe é fundamental, pois será o alicerce na escolha e na efetivação de práticas metodológicas adequadas para atender à diversidade de aprendizagem do alunado”. O professor se sentirá estimulado a buscar aperfeiçoamento se houver reconhecimento para isso.

17.6.4. Do ponto de vista da prática

Os aspectos destacados acima e demais elementos discutidos ao longo desse documento corroboram para a efetivação da acessibilidade curricular do público-alvo da educação especial no ensino comum. Demonstram que o acesso e as adaptações curriculares ultrapassam o campo da prática metodológica e avançam no contexto das políticas, das relações e da formação. Neste sentido, é possível afirmar que as adaptações curriculares abrangem toda a organização de estratégias educativas e sociais que ajudem, facilitem e promovam a aprendizagem do estudante.

Na prática, a acessibilidade curricular para o estudante da educação especial, se dá pela adaptação do currículo à necessidade do indivíduo e de acordo com as especificidades de cada deficiência, promovendo assim a sua inclusão no ensino comum. O termo adaptações curricular é definido de diferentes formas por pesquisadores da área. Em Mello (2005),

[...] adaptações curriculares são, antes de tudo, um procedimento de ajuste paulatino da resposta educativa, que poderá desembocar, ou não, conforme o caso, num programa individual [...] uma estratégia de planejamento e de atuação docente, e nesse sentido, de um processo de tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada estudante (MELLO, 2005, p. 23).

Também podemos definir adaptações curriculares segundo Peck (2006, p. 3), “[...] como modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica [...]”. Assim, qualquer modificação, por menor que seja, é considerada uma adaptação curricular. Contudo, Minetto (2008) destaca, que não se trata de elaborar programas paralelos, mas a introdução de medidas capazes de flexibilizar o currículo

base. E que a decisão de modificar as ações pedagógicas e alterar o currículo deve ser tomada por uma equipe e nunca somente pelo professor. Cada caso deve ser considerado individualmente para que se chegue a uma conclusão das reais mudanças necessárias.

Por isso, depois da preparação da equipe e do ambiente, é necessário conhecer o estudante. Minetto (2008), aponta este como o primeiro passo para depois definir suas necessidades, observando-o em ambientes diferentes (recreio, educação física, perto da família). Para esta autora,

[...] É necessário verificar o que ele consegue fazer sem auxílio e quais são os aprendizados que ele já tem, além de observar com calma seu desempenho, seu comportamento e suas potencialidades. [...] nenhuma criança chega à escola sem saber nada. Ele aprende desde o momento em que nasce e se relaciona com outros, mesmo que esses aprendizados não sejam relacionados a conteúdos escolares” (MINETTO, 2008, p. 69).

De posse dos dados observados e da avaliação diagnóstica que pode ser solicitada à equipe do Atendimento Educacional Especializado, pode-se definir os caminhos a serem percorridos, a partir dos objetivos, conteúdos e métodos. Precisa considerar:

- **Com relação aos conteúdos:** De acordo com as diretrizes do MEC (2000), a adaptação de conteúdo pode acontecer pela priorização de tipos, priorização de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação da sua sequência, ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais. Assim, o conteúdo a ser trabalhado com o estudante será sempre delineado pelos objetivos postos no plano de ensino. Entretanto, a ordem em que o conteúdo e suas subdivisões são apresentados, a prioridade que o professor dará às diferentes unidades, áreas, itens e subitens do plano de ensino, bem como a ênfase que dará a um item do conteúdo, em detrimento de outro, é de sua competência decidir, sempre em função das necessidades especiais presentes.
- **Com relação aos objetivos:** depois de selecionados os conteúdos necessários para aquele estudante, naquele momento, é preciso identificar os objetivos, adequá-los aos conteúdos, diversificá-los em alguns casos, em outros individualizá-los para cada estudante. Minetto (2008), alerta ainda para a inclusão de áreas de desenvolvimento pessoal e social.

- **Com relação à metodologia:** De acordo com o MEC (2000), a tarefa de “[...] adaptar o método de ensino às necessidades de cada estudante é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador”, entendendo que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. No caso dos estudantes com deficiência, é frequente a necessidade do uso de metodologias variadas para atender à demanda de forma a facilitar o processo de aprendizagem. Cada tipo de deficiência vai requerer dos profissionais de educação uma adequação específica. A seguir elencamos, algumas adequações necessárias para cada deficiência, sugestão de atividades e metodologias, que devem ser usadas no contexto da sala de aula comum.
- **Com relação à avaliação e terminalidade:** esse tema será tratado em capítulo específico neste documento.

17.6.5. Operacionalizando as adaptações curriculares

Neste tópico, busca-se a familiarização dos profissionais da educação com as possibilidades de efetivação do processo inclusivo no contexto da sala de aula. No entanto, é sempre importante estar atento que “[...] à medida que cada situação se apresente deverá buscar recursos que favoreçam a aprendizagem e a autonomia de seu estudante” (MINETTO, 2008, p.118). Minetto (2008), reforça ainda que é sempre importante perguntar ao próprio estudante qual seria a forma adequada de lhe oferecer ajuda, pois ele detém segundo a autora, o conhecimento sobre suas necessidades, que podem ser maiores ou diferentes do que supomos.

A seguir apresentamos sugestões de organização do contexto escolar para facilitar a inclusão nas diferentes áreas e especificidades de atendimento ao estudante com deficiência.

17.6.5.1. Deficiência Visual

Conceito: A deficiência visual se caracteriza pela (Baixa-visão/visão subnormal e Cegueira). A baixa-visão ou visão subnormal é caracterizada pela alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo pode ocorrer em nível severo, moderado ou leve. Apresenta desde condições de indicar

projeção de luz, até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho.

A cegueira é caracterizada pela ausência total de visão até perda de projeção de luz. Por meio da integração dos outros sentidos (tato, audição, anestesia, gustação e olfato) se dá o processo educacional, sendo principal instrumento de leitura e escrita o Sistema Braille.

Das relações e práticas cotidianas com estudantes com Deficiência Visual:³⁶⁰

- Normalmente, as pessoas utilizam expressões coloquiais, tais como: “hei”, “você aí”, “aqui”, “está vendo aqui”, “esse aqui”, “aquele ali”. Essas expressões não têm significação para quem não vê, portanto fale o nome da pessoa, objeto ou ação a qual você está se referindo.
- Nas aulas ou no cotidiano, dê normas claras de referência, utilizando conceitos espaciais: direita/ esquerda, atrás/ na frente, em cima/ embaixo etc.
- Evite oferecer tudo nas mãos do estudante com deficiência visual. Encoraje seu estudante a se locomover pela classe, pedindo que ele se dirija até você ou carteira dos colegas.
- Peça ao estudante com cegueira para ter sempre sobre a carteira a reglete com papel ou a máquina Braille para fazer as anotações dos conteúdos das aulas. Se o estudante apresenta baixa visão incentive-o a usar os recursos ópticos (lupa, telelupa,) e não óptico (caderno pauta ampliada, lápis 6B, caneta de ponta porosa com tinta na cor preta) caso tenha sido recomendado por especialistas (oftalmologistas ou professor do AEE).
- Não permita que o estudante permaneça durante a aula debruçado sobre a carteira, alheio as explicações ou atividades que estão sendo realizadas. Informe para o estudante que ele poderá pedir ajuda quando precisar.
- Se perceber que o estudante com deficiência visual não está fazendo as atividades por constrangimento, medo ou insegurança em pedir ajuda, converse com ele em particular e esclareça o papel do professor na classe. Se necessário, peça ajuda ao professor do AEE.

³⁶⁰ Os tópicos a seguir foram elencados e sugeridos pela professora Lucélia Lôbo Teixeira², ao longo de 10 anos de experiência com o ensino itinerante junto ao ensino comum.

² Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS: Uneb (Campus VI).

- Mantenha sempre as janelas e portas totalmente abertas ou fechadas, uma vez que, mantendo-as semi-abertas, o estudante com deficiência visual pode se machucar.
- Na sala de aula permita que o estudante sente-se nas fileiras da frente para que o barulho não seja empecilho para ele ouvir as explicações. Explique em voz alta tudo que expor na lousa. Permita que o estudante grave a aula para facilitar o seu estudo.
- Quando houver algum empecilho de sua parte para ditar as informações escritas na lousa, solicite a um estudante que enxerga para fazê-lo. À medida que o estudante que enxerga for copiando no caderno, ele pode ir ditando para o colega que apresenta dificuldade de enxergar o que está escrito na lousa. Entretanto, não atribua essa responsabilidade sempre ao mesmo estudante; envolva todos os estudantes videntes nessa colaboração.
- Só faça avaliação oral com o estudante com deficiência visual em situação muito especial. Dentro do possível aplique o mesmo instrumento de avaliação utilizado para os estudantes videntes.
- Proporcione um ambiente audível para transmissão dos conteúdos. Ninguém consegue aprender com barulho e tumulto. Por não enxergar, o canal auditivo é muito importante no processo de aprendizagem do estudante com deficiência visual.
- O material didático como livro, apostilas, gráficos, mapas e outros afins, necessita ser adaptado pelo serviço de AEE, para uso do estudante com deficiência visual. Portanto, para que o estudante participe das atividades em sala de aula junto, com os colegas videntes, é necessário que você informe ou disponibilize com antecedência o material para adaptação, já que esses materiais servem como elementos facilitadores do processo ensino-aprendizagem. Consulte o próprio estudante ou o professor do AEE.
- Não solicite do estudante com deficiência visual atividades que requeiram o uso da visão para sua realização, tipo: desenho de gravura, gráfico e mapas. Atividades desse tipo são realizadas pelo professor da sala de aula comum ou pelo professor do AEE que também orienta o estudante quanto à exploração do material para o estudo. Portanto, avalie o estudante pelo domínio do

conteúdo presente na atividade e não pela apresentação figurativa, já que não foi o estudante que confeccionou/adaptou o material.

- Nas aulas de educação artística, especificamente voltada para atividades de expressão gráfico-plástica, os objetos devem ser apresentados preferencialmente na forma tridimensional, depois na forma bidimensional em alto relevo. Em se tratando do estudante cego, ele poderá reproduzir desenhos em moldes vazados. Peça, orientação ao professor do AEE para desenvolver suas aulas, principalmente se o estudante for cego.
 - Existem instrumentos adaptados para uso do estudante com cegueira, nas aulas de desenho geométrico (régua, prancha de desenho etc.). A orientação para o manuseio desses instrumentos de desenho deve ser feita pelo professor do AEE.
 - Se informe com o professor do AEE, e procure saber do seu estudante com cegueira se ele assina o nome utilizando a escrita comum. Caso ele já tenha sido preparado para fazer assinatura utilizando a escrita cursiva, exija que ele assine as avaliações ou atividades antes de lhe entregar.
 - O estudante com deficiência visual deve permanecer na sala de aula comum para aprendizagem dos conteúdos.
 - Entregue ao serviço de AEE com antecedência, a avaliação do estudante para ser transcrita para o Sistema Braille. Para fazer a transcrição e a adaptação da avaliação o professor do AEE precisa de tempo. Oportunize o estudante com deficiência visual fazer sua avaliação junto com os colegas, em sala de aula.
 - Estenda a margem de tempo para realização da avaliação de aprendizagem com o estudante com deficiência visual. O estudante deve realizar e concluir a avaliação na sala de aula regular. O tempo adicional dependerá das características da avaliação ou atividade a realizar, assim como das características específicas do estudante.
 - Proporcione ajuda metodológica ao estudante com deficiência visual oferecendo-lhe o material com as devidas adaptações para que ele desenvolva as atividades comuns ao grupo. Feitas às adequações e adaptações necessárias, esse estudante não lhe tomará demasiado tempo, e você não terá que negligenciar os demais estudantes para atender as suas necessidades.
- Práticas pedagógicas para estudantes com Deficiência Visual.

- Propiciar sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do estudante: Sistema Braille, tipo ampliado, recursos tecnológicos;
- Complementar os textos escritos com outros elementos (ilustrações táteis) para melhorar a compreensão;
- Explicar verbalmente todo o material, informações e dispositivos apresentados em aula de maneira visual;
- Adaptar materiais escritos de uso comum: tamanho das letras, softwares educativos em tipo ampliado;
- Prover a escola, ou o estudante cego, de máquina braile, reglete, punção, sorobã, bengala longa, livro falado, computador etc.;
- Prover a escola ou o estudante de baixa visão de: lápis 6B, canetas porosas de cores contrastantes, papel pauta dupla, recurso óptico necessário, luminária, lupa etc.;
- Propiciar material didático e de avaliação em tipo ampliado para os estudantes de baixa visão, em braile e adaptado em relevo para os cegos;
- Propiciar acomodação para estudante de baixa visão com iluminação adequada;
- Posicionar o estudante na sala de aula de modo a favorecer sua possibilidade de ouvir o professor;
- Propiciar ambientes com adequada luminosidade, sonoridade, movimentação e comunicações em braile ou tipo ampliado;
- Ensinar a boa postura evitando os "maneirismos" comumente exibidos pelos estudantes;
- Providenciar materiais desportivos adaptados: bola de guizo, xadrez, dominó, dama, baralho e outros;
- Agrupar os estudantes de uma maneira que favoreça a realização de atividades em grupo e incentivar a comunicação e as relações interpessoais;
- Enviar, com antecedência, para o professor do AEE, todo o conteúdo a ser desenvolvido na semana seguinte, possibilitando, assim, sua adaptação para o Braille ou tipo ampliado;
- Ao prestar ajuda, pergunte antes como agir, e se você não souber em que e como ajudar, peça explicações de como fazê-lo;

- Dar oportunidade para que a turma toda se apresente ao estudante com deficiência visual, nominalmente e em voz alta, para que ele possa conhecer todos os colegas;
- Encorajar, estimular e reforçar a comunicação, a participação, o sucesso, a iniciativa e o desempenho do estudante;
- Apoiar o estudante no uso dos materiais de ensino-aprendizagem: pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, lupas, computador com programas específicos (Dosvox, NVDA);
- Ensinar o braille para estudantes, professores e pais que desejarem conhecer esse sistema;
- Substituir gráficos, fluxogramas, tabelas e mapas por textos quando sua adaptação em relevo não for compreensível;
- Possibilitar as alternativas na forma de realização das provas: lida, transcrita em Braille, gravada ou ampliada para o deficiente com baixa visão, bem como uso de recursos tecnológicos;
- Permitir a realização de provas orais, caso necessário, recorrendo-se a assessorias legais, em provas de longos textos;
- Ampliar o tempo disponível para a realização das provas;
- Conceder tempo de descanso visual para estudantes com baixa visão;
- Encorajar o estudante a deslocar-se na sala de aula e dependências externas para obter materiais e informações;
- Promover organização espacial para facilitar a mobilidade e evitar acidentes: colocar extintores de incêndio em posição mais alta, pistas táteis, auditivas e olfativas para orientar na localização de ambientes, espaço entre as carteiras: para facilitar o deslocamento, corrimão nas escadas etc.;
- Divulgar informações sobre a melhor maneira de guiar, informar ou dar referências de locais ao estudante com deficiência visual;
- Dar apoio físico, verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando à locomoção independente do estudante;
- Apoiar a locomoção dos estudantes para acesso a diretoria, salas de aula, banheiros e demais dependências da escola;

Adequações Curriculares de objetivos e de conteúdos

Envolvem os métodos, o agrupamento de estudantes, as técnicas e estratégias de ensino-aprendizagem, a avaliação e as atividades programadas. Dizem respeito a:

- Colocar o estudante nos grupos com que melhor se identifique;
- Usar métodos e técnicas específicos para facilitar o ensino aprendizagem na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades escolares;
- Usar procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem prejuízo dos objetivos, da avaliação e seu conteúdo;
- Propiciar apoio físico, verbal, visual (aos estudantes com baixa visão) e outros de modo a facilitar a realização das atividades escolares e do processo avaliativo.
- O apoio dentro da sala de aula pode ser oferecido pelo professor regente ou pelos próprios colegas;
- Introduzir atividades individuais complementares para o estudante alcançar os objetivos comuns aos demais colegas. Essas atividades podem realizar-se na própria sala de aula, na sala de recursos ou por meio professor itinerante, devendo ser implementadas de forma conjunta com os professores regentes das diversas áreas, com a família ou com os colegas;
- Eliminar atividades que não beneficiem o estudante ou que lhes restrinja a participação ativa e real ou, ainda, esteja impossibilitado de executar;
- Suprimir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo estudante em razão de sua deficiência, substituindo-os por objetivos e conteúdos acessíveis, significativos e básicos, para o estudante.

Promovendo adequações curriculares: exemplo em algumas disciplinas

Algumas sugestões que podem ser adotadas pelo professor com objetivo de favorecer a participação e o aproveitamento do estudante com deficiência visual, nas diversas disciplinas em diferentes níveis de ensino. Lembrando que as diferentes situações de aprendizagem devem ser encaradas apenas como sugestões e nunca como modelos rígidos para atingir determinado objetivo. A partir dessas sugestões, o professor orientará seu trabalho, modificando-as, adaptando-as, segundo as condições de materiais que dispuser a realidade e o interesse dos estudantes.

Língua Portuguesa

- Gravuras devem ser descritas pelo professor, ou substituídas por uma gravação ou texto previamente preparado, em Braille, pelo professor especializado;
- Quando forem utilizados exercícios de texto, avaliações estes devem ser preparados em Braille com antecedência, devem ser respondidas em Braille, sendo posteriormente transcritas pelo professor especializado, ou apresentadas oralmente pelo próprio estudante ao professor da sala comum;
- Trabalhos e redações serão feitos em Braille pelo estudante e transcritos por profissional que domine este sistema de leitura e escrita, ou lida pelo estudante para o professor ou turma.
- O estudante não deve ser dispensado das atividades, buscando sempre uma alternativa que lhe permita participar;
- O uso do Braille deve ser sempre incentivado;
- Sempre que possível a máquina de escrever ou o computador devem ser utilizados, para evitar a dependência tão comum em estudantes com deficiência visual que não receberam atenção educacional adequada;
- No ensino da língua estrangeira o uso de material impresso em Braille e de gravações também é essencial;
- É importante que o professor da classe comum conte com suporte do professor especializado.

Matemática

O ensino de matemática para estudantes com deficiência visual requer utilização de vários recursos materiais adaptados. É oferecido como sugestão para ser utilizado em situações nas quais, o material comumente adotado para os demais estudantes, não podem ser utilizados com eficiência com estudantes cegos. Para esses, torna-se indispensável a utilização de: soroban, barras de diferentes tamanhos divididas em partes iguais, cordas e fios de várias espessuras, botões de diversos tamanhos e formatos, chapinhas, discos lisos e ásperos, pequenos quadrados e triângulos de texturas diferentes ou régua adaptada com marcações em relevo, blocos

lógicos, material dourado, tangram, ábaco, cubaritmo, entre outros que possibilitem informações concretas.

As exposições teóricas sem experiência concreta e significativa, em que falte a participação direta do estudante por insuficiência de recursos didáticos adequados, tenderá a desenvolver, em qualquer estudante, uma atitude desfavorável à assimilação e a compreensão do conteúdo desenvolvido.

Com relação aos conteúdos, deverão ser os mesmos que os ministrados a qualquer estudante. Nesse sentido, são errôneas as concepções de que as possibilidades dos estudantes cegos são limitadas ou, ainda, de que não existem meios de levar estes estudantes a aprender Matemática. Na verdade, deve-se considerar que além da condição de estudante cego ou com baixa visão, o estudante apresenta, como os demais, diferenças individuais que influirão direta ou indiretamente em seu desempenho na escola.

Desse modo, o professor de classe comum não deverá alterar o desenvolvimento dos conteúdos estabelecidos pela escola, nem precisará alterar fundamentalmente seus procedimentos, pelo fato de ter um estudante com deficiência visual entre os demais.

A tarefa do professor da classe comum precisará ser desenvolvida em estreito entrosamento com o professor especializado, do qual ele obterá as orientações que julgar necessárias, sem transferir para este, o encargo de ministrar os conteúdos trabalhados em sala.

Preliminarmente, o professor precisará obter informações básicas com referência ao estudante com deficiência visual, especialmente no que se refere ao nível de estudos dos símbolos matemáticos usados:

- Dispõe de livro-texto adequado ou de material transcrito no Sistema Braille?
- Utiliza o soroban como recurso necessário para o aprendizado de Matemática?
- Realiza cálculo mental?
- Dispõe-se de recursos pedagógicos adaptados (blocos lógicos, material dourado, tangram, ábaco, cubaritmo)

A propósito sugere-se como norma, os seguintes procedimentos:

- Expressar verbalmente, sempre que possível o que está sendo representado no quadro;

- Verificar se o estudante acompanhou a problematização e efetuou seu próprio raciocínio;
- Dar tempo suficiente para o estudante apresentar suas dúvidas, hipóteses de resolução do problema e demonstrar o raciocínio elaborado;
- É preferível um único exercício bem executado, pelo estudante, do princípio ao fim e devidamente corrigido pelo professor, do que muitos exercícios por acabar e sem correção;
- Os esquemas não podem ser muito concentrados;
- O estudante deve treinar cálculo mental e recorrer a ele;
- O professor deve mandar ler, ao estudante em voz alta, os exercícios por ele efetuados na aula;
- Cálculos muito complicados que envolvam muitas objeções e contas demasiado grandes devem ser evitadas;
- Procurar não isentar o estudante das tarefas escolares, seja em classe ou em casa;
- Material de concretização deve estar na posse do Professor de modo a poder servir-se dele quando a explicação ou compreensão da matéria assim o exigir.
- A reprodução de objetos tridimensionais através de linhas em relevo, embora de fácil identificação para o vidente, não oferece ao tato idêntica percepção, devendo ser utilizada com reserva e, de preferência, com informações verbais adicionais, devendo ser complementado com modelos desses objetos, que poderão ser manuseados pelos estudantes como, por exemplo, os sólidos geométricos: prisma, pirâmide, cone esfera, paralelepípedos etc. As figuras geométricas devem possuir tamanho adequado para o reconhecimento tátil, tamanho este a ser verificado com o próprio estudante. É de fundamental importância que o estudante possa elaborar e representar essas figuras e objetos em diferentes tamanhos e escalas, utilizando-se de materiais variados como massa, argila, papelão e material de sucata, recursos inestimáveis para aprendizagem significativa e conceitual.

Geografia e História

O ensino da História e da Geografia, para o estudante cego ou com Baixa Visão Severa, exige o uso de livros e materiais didáticos transcritos para o Sistema Braille,

materiais adaptados em relevo, com diferentes texturas, bem como a intensificação oral. O uso de maquetes, de representações materiais do sistema planetário, de acidentes geográficos, de cartografia com distintos materiais pode ser útil, mas sempre acompanhados de minuciosa descrição oral e de discussão. Evitar leitura silenciosa já que o conteúdo assim tratado mantém-se fora do âmbito perceptual desse estudante. Ao estudante com baixa visão faz-se, por outro lado, importante uso dos recursos ópticos que lhe favoreçam o acesso à comunicação escrita.

Serão apresentadas, abaixo, sugestões de atividades e de materiais especializados que podem favorecer aprendizagem de História e de Geografia dos estudantes, de maneira geral, e dos que têm deficiência visual, em particular. (Brasil, 1979). Seguem algumas sugestões metodológicas.

Pressão

- A noção de pressão deve ser dada antes das de ar e água;
- Não há necessidade de apresentar a fórmula de definição de pressão;
- É importante repetir as experiências, usando materiais diferentes, porque o manuseio de material variado é sempre útil para o estudante com deficiência visual.

Rocha e solo

- O estudo sobre rochas e solos deve ser relacionado com os conceitos de erosão e degradação de rochas para formação de solos.

Seres vivos

- Situações e atividades práticas devem fundamentar a abordagem ao tópico classificação de animais;
- Quando se estiver abordando noções de anatomia, de fisiologia, recomenda-se utilizar o máximo de protótipos / modelos concretos, como o corpo humano desmontável. Eles podem auxiliar na construção de conceitos em questão.
- É necessário que se explique aos estudantes, por exemplo, que um ovo pode representar uma célula, mas que sua casca é proporcionalmente mais grossa do que a membrana da célula real; que a gema é muito maior que o núcleo da célula; que não é possível representar os vacúolos; que há outros detalhes da célula que também não podem ser percebidos.

- Os estudantes de baixa visão deverão receber cópias ampliadas das ilustrações apresentadas aos demais, quando estes forem de pequeno tamanho.

Força

- A noção de força só pode ser percebida diretamente pelo estudante cego através de seu corpo, seus músculos. Portanto, a apresentação dessa noção deve ser acompanhada por situações de experiências em que o estudante exerça força com seus próprios músculos.

Movimento

- O movimento é um fenômeno de difícil percepção para o estudante com deficiência visual, por dois motivos: leva o objeto para longe do observador; é impossível apalpar um objeto que se move sem alterar-lhe o movimento. Uma solução para dar ao estudante com deficiência visual a percepção de movimento é usar objetos que emitem sons, ao mesmo tempo em que se move.

Som

- Os fenômenos sonoros são os de mais fácil percepção para o estudante cego. O fato de que os sons são produzidos por objetos vibrantes é de percepção imediata pelo tato. Portanto, nesse tópico, os experimentos habituais realizados com estudantes videntes podem ser utilizados sem modificação com os estudantes cegos e estudantes com baixa visão.

Luz

- Os experimentos relacionados com fenômenos luminosos podem ser realizados sem alterações, com estudantes com baixa visão. Evidentemente, estão fora de cogitação para os estudantes cegos, resguardando aqueles que têm percepção de luz.

Eletricidade

- Os fenômenos eletrostáticos são de difícil percepção para o cego, pois são evidenciados por atrações e repulsões de objetos muito leves, que ao serem tocados se descarregam o mesmo acontecendo com o objeto que os atraiu.
- A corrente elétrica em circuito simples costuma ser evidenciada pelo seu efeito luminoso, em pequenas lâmpadas, do tipo lanternas de pilha, não

chegando a produzir aquecimento sensível nessas lâmpadas. Portanto, a criança cega poderá montar circuitos, mas, não poderá verificar por si mesma a intensidade da corrente. A criança de baixa visão poderá fazê-lo, observando o brilho das lâmpadas intercaladas no circuito.

- Dos efeitos eletromagnéticos, o mais simples e que pode ser observado pelo cego é o de eletroímã, usando-se corrente fornecida por uma pilha como de lanterna. O próprio estudante pode construir o seu eletroímã.
- Os fenômenos magnéticos mais simples (atração e repulsão entre ímãs e atração de objetos de ferro) podem ser constatados pela criança cega.

Gravitação

- As noções de peso dos corpos, aceleração da gravidade e equilíbrio podem ser tentativamente concretizadas para o estudante cego mediante a seguinte situação de experiência: atirar horizontalmente uma pedra com velocidade cada vez maior, a cada vez, ir procurar onde caiu a pedra, apalpar o modelo de trajetória da pedra construído na parede, utilizando uma corda e pregos.

Transformação da matéria

- As noções elementares de constituição da matéria são desenvolvidas habitualmente, partindo das noções de mistura, soluções e combinação.
- As transformações da matéria classificadas como reações químicas podem ser observadas pelo estudante com baixa visão, nos experimentos habitualmente realizados. Os estudantes cegos poderão concretizar essa noção observando a reação que ocorre, quando se coloca um comprimido efervescente em água. Para melhor constatação, ele poderá provar a água antes e depois da reação e colocar o dedo dentro do recipiente.
- A noção química do tipo “combinação” pode ser concretizada para o estudante com baixa visão, através da oxidação (enferrujamento) de um pedaço de palha de aço de cozinha. Para outras reações puramente visuais descrever o máximo possível às transformações ocorridas.

Os professores de **Língua Portuguesa e História** não devem esquecer que em situação de teste, as perguntas que impliquem recorrer aos textos para ilustrar as respostas devem ser evitados, pois isto implica bastante tempo, o que põe os estudantes com deficiência visual em desvantagem. Os mapas, gráficos e esquemas

em testes de História, Geografia e outras disciplinas devem ser evitados, adaptando essas perguntas.

Ciências da Natureza e Física

- A exploração de esquemas, gráficos, manuseamento de material do laboratório deve ser feito com o estudante;
- Os esquemas e mapas muito concentrados não ajudam os estudantes;
- As observações ao microscópio devem ser fornecidas ao estudante em esquemas ampliados ou simplesmente descritos por um colega ou pelo próprio professor;
- Na exibição de um filme ou "slides" recorrer a um colega para explicar o que se vai desenrolando ou simplesmente o que oferece maior dificuldade de visualização;
- Nas experiências laboratoriais, recorrer o mais possível à execução direta por parte dos estudantes com deficiência visual;
- A observação e exploração direta de modelos a 3D é muito importante para estes estudantes, assim como a sua integração em trabalhos de grupo;
- Nestas disciplinas muitas perguntas dos testes terão de ser adaptadas. O estudante beneficia da pergunta que implica resposta direta e não recurso a mapas, esquemas ou consulta de texto, que envolve o fator mais tempo;
- Em muitos casos, deve-se tirar uma ou mais perguntas ou dar mais tempo, para o estudante poder fazer o teste. As perguntas tiradas podem ser feitas na aula.

Educação Visual, Desenho, Trabalhos Manuais

- O principal para os estudantes com deficiência visual, é o treino do tato;
- As cores fortes e contrastantes são fundamentais para os estudantes de visão reduzida, assim como colocar uma folha de cartolina de cor, debaixo do modelo que o estudante irá trabalhar;
- Os estudantes beneficiam do uso de texturas em vez de cores;
- O lápis deve ser grosso e até substituído por caneta de feltro preta;
- A observação direta e a exploração de ambientes deve ser o ponto de partida para qualquer estudante com deficiência visual.

Línguas Estrangeiras

- Num fase de iniciação, o estudante com deficiência visual deve estar na posse duma folha, com o vocabulário escrito que irá ser dado na aula;
- Os esquemas e as bandas desenhadas devem ser explorados antes da aula e até descritos em Português;
- O caderno diário deve ser revisto todas as semanas, para evitar os erros de ortografia devido à pronúncia estrangeira;
- A matéria escrita no quadro deve ser fornecida ao estudante, antes ou depois da aula;
- As aulas suplementares são importantes para preparação das aulas e exploração de material.

As adaptações curriculares admitem as seguintes modalidades de apoio à educação dos estudantes com deficiência visual, a serem prestados pelas unidades escolares e por meio de encaminhamentos para os atendimentos e recursos da comunidade:

- salas de recursos ou centros de atendimento;
- atendimento itinerante;
- ação combinada entre salas de recursos/atendimento itinerante;
- atendimento psicopedagógico, quando necessário;
- atendimentos na área de saúde, oferecidos pela rede pública ou particular.

ORIENTAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE DIGITAL

A fim de democratizar o acesso à informação, uma série de leis e diretrizes foi estabelecida para garantir a todos o direito de poder interagir com o conhecimento. O artigo 58 do Decreto nº 5.296/2004 prevê que o Poder Público adotará mecanismos de incentivo para tornar disponíveis, em meio magnético, em formato de texto, as obras publicadas no País. Além disso, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e também conforme o Decreto nº 7.611/2011 deverá haver a implantação de sala de recursos multifuncionais, que, segundo o § 3º, são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. E, ainda conforme o § 4º deverá haver, também, a produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e a aprendizagem, incluindo materiais didáticos e

paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais (Libras), laptops com sintetizadores de voz, softwares para comunicação alternativa e outros auxílios técnicos que possibilitem o acesso ao currículo.

Dentro dessa perspectiva, a instituição educacional deve promover adequações curriculares para possibilitar ao estudante com deficiência visual a utilização desses materiais didáticos em sala de aula. Através das orientações pelo atendimento educacional especializado, o professor do ensino comum deve ser informado sobre quais materiais, o estudante se adapta melhor. Abaixo seguem alguns materiais:

- **Material em áudio:** áudio livros e os livros falados; São livros cujos textos vêm narrados;
- **Ampliadores de textos:** existem vários tipos no mercado, sua função é a de ampliar textos e imagens através de um monitor que pode ser de TV ou computador, além de permitir tamanho e contraste diferente;
- **Leitor de telas:** ele é específico para o uso em computadores, sua função é a de ler os textos do computador para o usuário, inclusive textos da internet; Virtual Vision, Dosvox, NVDA e o Jaws são modelos de softwares de síntese de voz;
- **Gravadores digitais ou analógicos:** para gravar o conteúdo das aulas.

A forma de interação do estudante com deficiência visual com o computador, é basicamente através do teclado. Existem várias teclas de atalho que enviam comando para o leitor de tela e outras da própria aplicação, por exemplo:

- Tecla de atalho para saber a hora e a data atual;
- A que informa o nome da janela ativa;
- As utilizadas para caminhar nos itens da janela e em listas;
- As teclas para abrir e navegar nos menus de opção da janela;
- As teclas para ler letra por letra, palavra por palavra ou fazer leitura contínua em um texto na tela;
- Além desses, vários outros atalhos que podem ser utilizados para possibilitar a interação do DV com o computador.

A utilização desses materiais pode e deve ser vista como uma ferramenta cognitiva que facilita a estruturação do trabalho, viabilizando a descoberta, oferecendo condições propícias para a construção do conhecimento. Quanto a "informática" não

deve ser vista como uma substituição do professor, mas como mediador de um processo. É uma ferramenta que precisa ser utilizada a favor desse processo de ensino/aprendizagem e não contrário a ele. Assim, o estudante com deficiência visual, pode realizar atividades rotineiras, como: leitura de jornais eletrônicos, acesso a chats, fóruns, correio eletrônico, ler, digitar e editar textos, entre outros. Estamos vivendo essa transição e, o "deficiente visual" também tem a oportunidade de estar cada vez mais próximo desse recurso, participando dessa evolução.

Normas de acessibilidade gráfica para o estudante com deficiência visual

TAMANHO DA LETRA

- O tamanho deve ser indicado após avaliação pela equipe de AEE.

TIPO DA FONTE E ESTILO

- São apontados como boas escolhas as fontes como times new Roman e Arial consideradas fontes sem serifas. Quanto ao estilo, é recomendável a utilização de fontes sem serifas.

CONTRASTE

- Os textos devem ser impressos com máximo contraste possível. Letras amarelas ou brancas sobre fundo escuro são mais legíveis do que letras pretas sobre fundo branco.

COR

- Excessiva combinação de cores é desaconselhável, devendo ser confinada apenas a aspectos estéticos ou para realçar títulos ou notas.

ESPAÇO ENTRE LINHAS

- O espaçamento de 1.5 a 2 facilita a localização da linha seguinte e a navegação sobre o texto, sendo o espaço recomendado de 25% a 30%, relativamente ao tamanho da fonte escolhida.

COMPRIMENTO DA LINHA DE TEXTO

- Cada linha não deve exceder 60-70 caracteres, evitando-se parágrafos demasiado longos para que não se perca a compreensão do fragmento.

ESPAÇOS ENTRE LETRAS

- Espaçamentos entre letras demasiado reduzidos dificultam a leitura, especialmente para pessoas que apresentem problemas no campo visual central.

- Sempre que possível, deve-se utilizar fontes proporcionalmente espaçadas, pois são mais legíveis do que as mono-espaçadas.

MARGENS

- O alinhamento deve ser justificado à esquerda do texto, para evitar a inserção de espaços entre as palavras. A margem à esquerda deve ter entre 4 a 4.5cm, de forma a facilitar a utilização dos auxiliares ópticos e o tiposcópio (guia de leitura).

COLUMNAS

- Devem ser feitas de formas a que fiquem claramente separadas, evitando-se assim a utilização de réguas verticais. Sugere-se que ao configurar a página utilize a orientação paisagem desde que caibam os caracteres da frase no tiposcópio.

COLOCAÇÃO DE TEXTO EM IMAGENS

- O texto deve ser preferencialmente colocado na horizontal relativamente à imagem, uma vez que o campo visual se adapta melhor a este tipo de disposição. Evitar sobrepor texto em imagens, como por exemplo, fotografias, uma vez que esta situação afeta o contraste e perturba a percepção visual.

GRÁFICOS E IMAGENS

- Apresentados com bom contraste e contornos bem definidos. Nos gráficos o valor correspondente bem ao ponto de intersecção entre o eixo dos x e do y, deve ser assinalado numa caixa.

AJUDAS DE NAVEGAÇÃO NO TEXTO

- O recurso a algumas ajudas, como notas e números de página para orientação, implica que estas sejam colocadas sempre da mesma forma e no mesmo lugar.
- Os espaços destinados ao preenchimento de respostas devem ser delimitados por linhas espessas, sendo o seu início e fim assinalado por um tracejado. Em situações de escolha múltipla, ou em que é colocada a opção “verdadeiro” e “falso, deve ser colocado um quadrado no final de cada frase.

Nota Final: Independentemente do tipo de ampliação utilizado, o tamanho do papel deve ser sempre formato A4, com gramatura 90.

17.6.5.2. Deficiência Intelectual



A Deficiência Intelectual (D.I.) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por limitações significativas no funcionamento Intelectual e no comportamento adaptativo que abrange muitas habilidades sociais e práticas cotidianas. A Deficiência Intelectual origina-se antes dos 18 anos de idade, e uma das maneiras utilizadas para diagnosticar é o teste de Quociente de Inteligência (QI) (DSM-V, 2014; AAIDD, 2010). Além do teste do QI, faz-se necessário verificar a pessoa em seu contexto e sua forma de se relacionar com o ambiente no qual está inserida, tendo assim, uma avaliação completa (SCHADECK e OLIVEIRA, 2013).

Ao citar a *American Association On Intellectual And Developmental Disabilities* (AAIDD, 2010), Silveira e Paula (2005), advertem que os principais fatores de risco e causas que podem levar a DI, ocorrem em três fases, que são: pré-natais, perinatais e pós-natais.

Pré-natais

- Fatores que incidem desde o momento da concepção até o início do trabalho de parto.

Fatores genéticos:

- Alterações cromossômicas que provocam Síndrome de Down, entre outras;
- Alterações genéticas (erros inatos do metabolismo), que podem provocar Fenilcetonúria, dentre outros;
- Fatores que afetam o complexo materno-fetal: tabagismo, alcoolismo, drogas, efeitos colaterais de medicamentos teratogênicos;
- Doenças maternas crônicas ou gestacionais (como diabetes millitus);
- Doenças infecciosas na mãe, que podem comprometer o feto, como sífilis, rubéola e toxoplasmose;
- Desnutrição materna.

Perinatais

Fatores que incidem do início do trabalho de parto até o 30º dia de vida do bebê.

- Hipóxia ou anoxia que corresponde a insuficiência de oxigenação do cérebro;
- Prematuridade e baixo peso;
- Icterícia grave do recém-nascido.

Pós-natais

Fatores que incidem do 30º dia de vida do bebê até o final da adolescência:

- Desnutrição, desidratação grave e carência de estimulação global;
- Infecções: meningites, sarampos, dentre outras;
- Intoxicação exogênica;
- Acidentes.

Além dos fatores de risco e causas, Silveira e Paula (2014) (*apud* AAIDD, 2010), mencionam os principais tipos de Deficiência Intelectual, que são:

SÍNDROME DE DOWN: É uma alteração genética que ocorre no início da formação do bebê. O grau de Deficiência Intelectual causada por essa síndrome é variável e o QI pode variar e chegar a valores menores que 40. Além disso, a linguagem fica mais comprometida, porém, a visão é preservada. Em relação as interações sociais podem desenvolver bem, porém podem aparecer alguns transtornos de hiperatividade, ansiedade, dentre outros.

SÍNDROME DO X-FRÁGIL: É uma alteração genética que causa principalmente, a Deficiência Intelectual. A criança que apresenta a síndrome, possui algumas características como face alongada, orelhas grandes ou salientes, além de comprometimento ocular e comportamento social atípico, principalmente a timidez.

SÍNDROME DE PRADER-WILLI: Geralmente, a pessoa apresenta problemas de aprendizagem e dificuldade, principalmente, em pensamentos e conceitos abstratos. No período neonatal, a criança apresenta severa hipotonia muscular, baixo peso e pequena estatura.

SÍNDROME DE ALGELMAN: É um transtorno neurológico que causa Deficiência Intelectual, comprometimento ou ausência da fala, epilepsia, atraso psicomotor, andar desequilibrado com as pernas afastadas e esticadas, desequilíbrio do sono, alterações no comportamento, dentre outros.

SÍNDROME DE WILLIAMS: É uma alteração genética que causa Deficiência Intelectual, podendo ser de leve a moderada. Essa síndrome causa um comprometimento, principalmente na capacidade visual e espacial, porém, apresenta um bom desenvolvimento da língua oral e na música.

ERROS INATOS DE METABOLISMO (FENILCETONÚRIA, HIPOTIREOIDISMO CONGÊNITO ETC.): São alterações metabólicas, geralmente enzimáticas, que normalmente não apresentam sinais e nem sintomas sugestivos de doenças. São detectados pelo teste do pezinho, e quando tratado de maneira correta, podem prevenir o surgimento da Deficiência Intelectual. Esse tipo de transtorno